



Ata da reunião do Colégio de Dirigentes do Ifes 6 de março de 2020

No dia seis de março de dois mil e vinte, reuniu-se o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às nove horas, na Reitoria, sob presidência do Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, Luciano Toledo, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Ensino, sra. Adriana Pionttkovsky Barcellos; da Pró-reitoria de Extensão, sr. Renato Tannure Rotta de Almeida; da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. André Romero da Silva; da Diretoria de Tecnologia da Informação, sr. Johnathan Dezan Vago; da Diretoria Executiva, sra. Danielli Veiga Carneiro Sondermann; do campus Alegre, sra. Maria Valdete Santos Tannure; do campus Aracruz, sr. Leandro Bitti Sant' Anna; do campus Barra de São Francisco, sr. José Alexandre Gadioli; do campus Cachoeiro do Itapemirim, sr. Edson Maciel Peixoto; do Centro de Referência em Formação e em Educação à Distância, sra. Mariella Berger Andrade; do Centro de Referência em Educação Empreendedora e Inovação Aberta, sr. Tadeu Pissinati Sant'Anna; do campus Centro-Serrano, sr. Wagner Poltroniere Entringer; do campus Colatina, sr. Octávio Cavaleri Júnior; do campus Guarapari, sr. Gibson Dall'Orto Muniz da Silva; do campus Ibatiba, sr. Eglon Rhuan Salazar Guimarães; do campus Itapina, sr. Fábio Lyrio; do campus Linhares, sra. Sandra Mara Mendes da Silva Bassani; do campus Montanha, sr. André dos Santos Sampaio; do campus Nova Venécia, sr. Anderson Rozeno Bozzetti Bastita; do campus Santa Teresa, sra. Walkyria Barcelos Sperandio; do campus São Mateus, sr. Aloísio Ramos da Paixão; do campus Serra, sr. José Geraldo Neves Orlandi; do campus Viana, sra. Regiane T. Amaral; do campus Vila Velha, sr. Diemerson Saquetto; do campus Vitória, sr. Hudson Luiz Côgo. O Presidente cumprimentar os presentes, abre a reunião e faz leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes (Taxi Gov e Plano de Desenvolvimento Sustentável do Espírito Santo); 2. Curso a ser ofertado pela Corregedoria para formação de membros comissão PAD; 3. Divulgação do evento da Política de Saúde e Segurança do Trabalho dos servidores do Ifes; 4. Estratégias de atendimento para os processos de insalubridade/ periculosidade que estão acumulados; 5. Apresentação IBGE; 6. Apresentação do Planejamento 2020/2021 ACS; 7. Apreciação de minuta de resolução que regulamenta a mobilidade de servidores técnico-administrativos em educação do Ifes; 8. Apreciação da Minuta de Regimento Geral dos Conselhos de Gestão dos Campi; 9. Apresentação das necessidades de Tradutores de Libras para as reuniões do Conselho Superior; 10. Apresentação do Parecer Jurídico sobre a Resolução 31/2016 e possíveis desdobramentos; 11. Apreciação sobre a permanência do ifes na certificação do ENCCEJA; 12. Apreciação da proposta de Comissão para elaboração Regimento Interno do Colégio de Dirigentes.** O Presidente abre o **item 1** e informa que está em curso um esforço para a atualização do catálogo nacional de cursos técnicos, destacando que como participante de reuniões, pode testemunhar discussões difíceis que envolvem diversos entes federativos, criando uma situação muito complexa. Explica, no entanto, que as discussões estão sendo pautadas pelo itinerário, visto que o MEC deseja um catálogo que apresente maior clareza ao tema, tanto para cursos Fic para técnicos e de técnicos para tecnólogos. Divulga a expectativa pela qual o catálogo seja caracterizado pela modernidade, com soluções dinâmicas, a partir de formatos html e interatividade. A seguir passa a palavra para o servidor Dennis que relata que o serviço TáxiGov está funcionando e tem apresentado bons resultados, explicando a seguir as funcionalidades e a forma de cadastro. Relata a intenção de que o serviço seja disponibilizado para os diretores-gerais visto a dificuldade de estacionar na reitoria, possibilitando que estes deixem os carros oficiais na Fábrica de Ideias. Relata que o entre outubro, novembro e dezembro foi gasto R\$ 6.000,00 com o aplicativo, a título de comparação, relata que o custo mensal de um motorista terceirizado é de R\$ 5.500,00, acrescentando que a possibilidade de utilizar o app para viagens está em estudo. Solicita que os dirigentes que queiram utilizar o App, procurem Dennis ou Rodrigo na Proad. O Presidente relata que foi possível mapear todas as corridas, possibilitando uma gestão eficiente sobre os



deslocamentos institucionais, a partir da emissão de relatórios e gráficos das unidades e dos servidores que mais demandam do serviço. O servidor Dennis solicita que se trabalhe a opção de agendamento para que o número de usuário seja menor e assim, a gestão possa fazer um controle mais eficiente, explicando que o servidor responsável pela solicitação dos dirigentes pode ser o Chefe de Gabinete. O dirigente Carnielli sugere que o serviço seja estendido para as comissões. O Presidente abre o **item 5** e passa palavra para o coordenador Mauro, servidor do IBGE, que ao apresentar a equipe composta por Max Athayde Fraga, o Chefe da Unidade Estadual do IBGE no Espírito Santo (IBGE/ES); Renata Ghidetti Mozine, Gerente de Planejamento e Gestão do IBGE/ES; Silvana Maria Paes Cangiani Pigato, Coordenadora Operacional do Censo Demográfico 2020 no Espírito Santo; Marcos Antônio de Araújo, Coordenador Técnico do Censo Demográfico 2020 no Espírito Santo; e Mauro César Guimarães, Coordenador de Treinamento do Censo Demográfico 2020 no Espírito Santo. A seguir, apresenta o censo demográfico, comparando-o a uma fotografia do Brasil que demanda uma complexa operação para sua realização, visto que há, aproximadamente, 71 milhões de domicílios no país. Relata que Censo 2020 será realizado de agosto a outubro e o IBGE-ES contatará com uma equipe de 3.595 recenseadores, 532 supervisores em 103 postos de coleta. Apresenta apoio logístico, os servidores temporários que serão contratados, os treinamentos a serem realizados, que contemplarão 4.000 pessoas, detalhando os trabalhos dos postos de coleta bem como os dos servidores responsáveis por tratar as informações. Enfatiza que, infelizmente, o IBGE não possui recursos para alugar locais para os postos de coleta e que, ainda, faltam espaços físicos para a implementação de 4 postos. Solicito o apoio do Ifes, além da infraestrutura para os posto de coleta restante, para a divulgação do processo de seletivo simplificado, que selecionará os ACS, ACM e recenseadores. Sobre os locais de treinamento, relata que são necessários 2 em Vitória, 2 em Colatina e 2 em São Mateus, cujos espaços terão uso pelo período de maio até dezembro, detalhando que o cronograma prevê o treinamento para recenseador em julho, enfatizando que, para não comprometer a aprendizagem, a sala não pode ter mais do que 25 alunos. Após, os dirigentes se comprometerem a ajudar dentro das possibilidades institucionais, o coordenador Mauro informa que o IBGE fará um levantamento mais detalhado e encaminhará as demandas até a semana que vem, destacando que os equipamentos utilizados no Censo serão, após o fim dos trabalhos, destinados ao MEC. O Presidente abre o **item 2** e passa a palavra para a corregedora Layla que destaca que o baixo número de Pad's realizados pelo Ifes nem sempre significa algo positivo para os órgãos de controle, pois isso, foi aberto um processo de formação de servidores, destacando uma situação pela qual, por falta de servidores para compor uma comissão de Pad, visto que os servidos atuais, capacitados para essa função, alegaram motivos particulares para não participar. Relata que há apenas 6 servidores trabalhando nas comissões de Pad, assim, solicita o apoio dos dirigentes para disponibilizar a participação de 2 servidores por campus, para treinamento nos dias 17, 18 e 19 de março, destacando que as diárias serão custeadas pelos campi, já a dos instrutores será de responsabilidade da Reitoria. O dirigente Wagner declara a necessidade de se reformular a seleção, incorporando questões como aptidão e perfil. A corregedora declara que os inscritos para a próxima turma serão avaliados previamente pelo Fórum de Diretores-gerais. O Presidente abre o item 3 e passa a palavra para servidora Yassana que reforça o convite para a construção de política de atenção a saúde de segurança no trabalho do Ifes, contextualizando as ações da comissão, cujos trabalhos se iniciaram em 2017. Destaca que o evento será realizado nos dias 26 e 27 de março, no campus Cariacica com público de, aproximadamente, 100 servidores, com inscrições no Sig-eventos, e que terá a transmissão ao vivo. Apresenta os objetivos e as etapas da PASS-IFES, solicitando a indicação de 3 servidores por campus, a partir de interesse nas temáticas disponíveis para participar do evento, enfatizando que, para os campi do interior, a reitoria arcará com o custeio de diárias. A servidora Carla declara que evento aconteceria em junho do ano passado, mas teve que ser cancelado em virtude da restrição orçamentária, assim, acrescenta que após uma reestruturação, foi possível ofertar o evento. Solicita que os dirigentes incentivem os servidores a participar, pois as questões de saúde contemplam de forma diferente os técnicos e os docentes, por isso, é necessário



participação de todos. O Presidente destaca a importância do evento, pois há imensas dificuldades institucionais em virtude da ausência de uma política de atenção à saúde. A seguir, abre o item 4 e relata que há uma enorme defasagem nos laudos insalubridade e periculosidade, e que por isso, não há respaldo no pagamento dos adicionais, destacando que foram detectados, em auditorias do CGU e TCU, situações graves, pois são questões que geram responsabilizações até no âmbito penal. O diretor Pablo destaca a necessidade de se avançar nesse tema no sentido de haver uma agenda mais prática, apresentando a seguir, a orientação normativa 4/2007 que será a base das análises do adicional de insalubridade. Apresenta os objetivos, a nota informativa 17689, destacando que os adicionais que não fossem migrados seriam suspensos. Explica que há campi que lançaram laudos desatualizados, esclarecendo como era a inserção das informações do laudo, que podem ser feitas apenas por médico ou engenheiro de segurança do trabalho. Apresenta o plano de ação, ou seja: comissão para avaliar os processos parados, atualização de todos os adicionais, atualização de laudos que estão sendo pagos pro decisões judiciais; destacando que a intenção do trabalho é evitar não conformidades nos relatórios de auditorias, além da consequência imediata, que é a possível suspensão de pagamento a alguns servidores. O dirigente Gadioli relata uma situação ocorrida com ele, em que uma empresa fez laudos, e houve questionamento de uma engenharia sobre o trabalho realizado e que foi necessário recorrer a justiça para o pagamento dos adicionais, destacando a falta de responsabilidade nestes casos. O diretor Pablo explica que há problema contratual não resolvido e que o serviço foi executado por fases, sendo que os fiscais do contrato questionaram serviços de fases anteriores. Esclarece que a empresa judicializou, e que a partir de então, o Ifes não contratará outra empresa, pois os laudos serão feitos pelos profissionais do Ifes. O servidor Bruno destaca que o PPRA não dá suporte técnico para laudo de pagamento de insalubridade, detalhando as ações do PPRA e do laudo de fins indenizatórios. O Presidente se propõe ir aos campi e conversar com as pessoas que podem ser afetadas com a revisão, dando apoio técnico e explicando os riscos e as possíveis consequências penais. O diretor Pablo apresenta os processos de pagamento por campus, bem como a proposta de atuação da engenharia de segurança de trabalho, em que cada um dos 3 engenheiros seria responsável por determinados campi. O dirigente José Orlandi solicita apoio para a questão de telhados, pois há muitos problemas nos telhados dos campus Serra, pois, se subir sem um cinto de segurança pode ser multado e advertido o que mais, além do mais, destaca que a questão da linha de vidro requer muita segurança. O Presidente solicita que o processo seja encaminhado para análise da Reitoria, destacando que irá começar os agendamentos para se reunir com os servidores. O Colégio de Dirigentes concorda com a proposta. O diretor Pablo destaca que, em relação aos estagiários, a situação está confusa, visto que a IN possibilita o aditivo, mas o Siape não autoriza fazê-lo, assim, esclarece que será necessário rescindir o contrato de todos e contratar, posteriormente, os que vão continuar na instituição. Informa que está em tramitação para a Prodi as remoções, contemplando substituto, vagas de dg, destacando que as vagas para contratar com as questões orçamentárias são outras. O Presidente esclarece que antes, o Ifes apenas fazia o controle do banco, agora, é necessário o controle da conta e também o orçamentário. A servidora Carla relata o recebimento de questionamentos e dúvidas a respeito de uma situação de uma aluna de Cachoeiro, de um caso confirmado de Corana no ES, orientando os cuidados básicos para prevenção, ou seja, manter os lugares ventilados, uso do álcool em gel. Até o momento, relata que não há orientação para afastamento nem servidores nem alunos que tenham viajado para um local com contágio, no entanto, solicita que, se alguém apresentar sintomas de gripe um pouco mais forte, que seja encaminhado a um serviço de saúde e comunicado a vigilância do município para um controle mais próximo. Ao entrar no tema do desenvolvimento sustentável, o Presidente destaca um planejamento junto com o Instituto Jones do Santos Neves, passando a palavra para o diretor Marcelo que relata que é um programa de encomenda do governo estadual que aportou recursos na Fapes, Ifes e Ufes, sendo que que Ifes será responsável pela pesquisa na região litorânea 1 e também montanha, e a Ufes, o litoral sul. Explica que está começando o momento para a elaboração dos planos de trabalho, convites para coordenadores Erika e Leonardo, que submeterão os planos para



aprovação, explicando que no próximo mês, inicia uma fase de recrutamento local. O servidor Guilherme explica que os coordenadores estão em momento de atuação. O diretor Marcelo relata que um vídeo será produzido para ser apresentado aos dirigentes contendo explicações do trabalho a ser realizado bem como o detalhamento das atuações do Ifes e da Ufes. O Presidente abre o **item 7** e relata que esse assunto foi, inicialmente, discutido no Cepe, e que o conteúdo é muito parecido com os dos docentes. A pró-reitora Adriana relata que quando assumiu a gestão, esse assunto era tema de pauta, mas os conselheiros não se sentiram a vontade de se manifestar sem um posicionamento dos diretores-gerais, por isso, ele foi encaminhado ao Fórum de Diretores-gerais, e a partir das contribuições dos dirigentes, seguiu para a DGP. O dirigente Carnielli solicita que a regra para remoção seja clara, pois usava-se a mobilidade para se pedir a remoção, expondo seu contentamento em que a mobilidade não conta ponto para a remoção. A dirigente Sandra destaca situações em que servidores solicitavam mobilidade para ficar perto de suas casas, enfatizando que a instituição não pode incentivar comportamentos que visam apenas os interesses particulares. O diretor Pablo declara que, no caso docente, na prática, é uma antecipação da remoção, mas no caso dos técnicos, o texto é bem diferente. O dirigente Eglon expõe os problemas de Ibatiba com as remoções que podem ser intensificados com a mobilidade, solicitando que haja um olhar institucional para os campi do interior que são prejudicados, visto que quando o campus solicita não há candidatos, constituindo uma via de mão única. O dirigente Octávio relata que os processos de mobilidade de docentes constituem-se como instrumentos de interesses docentes, pois se o docente, por mais que a gestão você queira, não quer ir, conseqüentemente, não é interesse da administração. O diretor Tadeu Pissinatti destaca que essas situações têm grande impacto, no entanto, não se pode quebrar o espírito de integração institucional, a consolidação da unidade Ifes, por isso, deve-se ter alternativas, para não faltar professores nos campi e que se possa apropriar da tecnologia que é útil à instituição. O Presidente destaca que a portaria 193 regulamenta que qualquer unidade possa requisitar um servidor, ficando estipulado o prazo de 8 dias para instrução do Ministério de Economia. Explica que, pelo texto, alguns servidores do Ifes foram requisitados, em contrapartida, um servidor do Ministério da Educação virá para o Ifes, explicando que a portaria pode ser uma alternativa, apesar de ser um processo muito longo. Explica que a mobilidade por edital constitui-se um processo mais robusto do que o texto do docente, e muito mais legítimo do que portaria 193. Destaca que o regulamento não está ruim, pois apresenta soluções para algumas inquietações institucionais, e que, junto com o regulamento de remoção, há um equilíbrio nos documentos. O diretor Márcio destaca que uma das intenções com a resolução de mobilidade docente era a proposições de programa de mestrados, visto que o programa não seria aprovado caso não tivesse os melhores currículos, constata que há distorções, e que a demanda deve sempre se pautar pelos interesses institucionais e não por motivos particulares. O dirigente Fábio questiona se os critérios de desempate serão definidos pelo campus ou serão critérios gerais. O Presidente Luciano explica que a questão de critérios será elaborada e depois o processo será tramitado para o Fórum de Diretores-gerais que o encaminhará para a comissão, nesse caso, gabinete do reitor. O Presidente abre o **item 9** e passa a palavra para o secretário Alessandro que informa as dificuldades em disponibilizar tradutores de libras para as reuniões do Conselho Superior, destacando que são necessários, no mínimo 3. O Colégio de Dirigentes decide que esse assunto será trabalho pelo Fórum de diretores-gerais. O Presidente abre o **item 6** e passa a palavra para a assessora Lara que relata que esse trabalho foi pautado na necessidade de fazer a comunicação com o público externo, apresentando e destacando os diferenciais da instituição. Apresenta a trajetória da comunicação, a estratégia de uma construção colaborativa apta a propor a solução a uma necessidade/problema com o demandante. Destaca que o objetivo geral é o foco no público externo e na sociedade, para quem se deve contar quem é o Ifes é, apresentando os resultados e produtos oferecidos pela instituição que impactam a sociedade. Explica o alinhamento da proposta no planejamento estratégico institucional, bem como o fluxo do processo criativo que, por meio de uma atuação multidisciplinar atua no atendimento, reuniões e soluções. Apresenta a metodologia de trabalho da ACS, cujo foco é no produtor



que pode dar maior impacto social, detalhando as áreas em que a assessoria se subdivide e a equipe de servidores. Destaca os novos projetos nas áreas de áudio visual/conheça o ifes; revista eletrônica; novo site institucional; whatsapp, que decretará o fim do notícias Ifes; jornada de integração; Jifes; Sigeventos; Aluno influenciador. Relata a importância da integração de servidores de outros campi para que estes possam conhecer os servidores e as atividades da ACS possibilitando assim, uma aproximação entre as pessoas e, conseqüentemente, um produto mais elaborado e eficiente. O dirigente Leandro questiona o que se pode ser demandado para ACS, a partir dessa linha de ação. A assessora Lara explica que isso será apresentado por meio de documentação, como a revisão da política de comunicação, adiantando que os assuntos de atendimento do campus não se constituem área de atuação da ACS, que busca ações de impacto na comunidade, exemplificando o aniversário de campus. O dirigente Leandro que essas proposições sejam muito bem esclarecidas, solicitando uma reunião do fórum, para que assim, o campus possa se preparar. A assessora Lara relata que o campus Viana será teste para essa mudança de gerenciamento do site para wordpress. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favorável ao planejamento 2020/2021 da ACS. O Presidente abre o **item 11** e relata que os registros acadêmicos estão sobrecarregados, destacando um registro desenvolvido pelo IFBA pelo qual tudo é automatizado, minimizando as ações instituições para emissão do diploma. A dirigente Sandra destaca que é impossível atender todos os pedidos, por isso, solicita a exclusão do campus Linhares, visto que apesar do estado ser também um certificador, os alunos preferem obter o diploma no Ifes. O dirigente José Orlandi destaca que ainda é necessário fazer a validação e conferência do documento, destacando que os CRA's não querem mais exercer essa função. O dirigente Octávio destaca que o campus Colatina está informatizando o sistema, e não há problemas na certificação. O dirigente Edson se manifesta favorável a certificação. O dirigente Anderson esclarece que não é interessante interromper as atividades do campi, principalmente com o corte dos estagiários, para fazer os trabalhos do enccēja. O pró-reitor Renato Tannure declara que um sistema de agendamento, ajuda a regular a demanda, e ao mesmo tempo continua o atendimento à população, e não sobrecarrega o setor. O diretor Márcio relata que esse é um trabalho sazonal, no entanto, coincide com o período de matrícula, aumentando consideravelmente as demandas do CRA. O dirigente Diemerson relata que o CRA está sobrecarregado, tendo que fazer hora extra, aos domingos, para suprir a demanda, e preencher a PNP. O Presidente destaca que não há uma cultura de certificar saberes, isso é muito cruel em um país que tem pouca oferta de vagas regulares. Relata que essas pessoas têm direito a uma certificação, é uma demanda social, concreta, por isso é preciso ponderar, visto que somos uma instituição pública. Enfatiza que a decisão de parar de certificar é muito ruim, sugerindo o caminho de racionalizar e informatizar. O dirigente Diemerson concorda com a função social do Ifes, mas que deve ser direcionada seriamente ao Proeja, pois observa-se o sucateamento de nossa estrutura técnica, e por isso, tem que ter humildade de admitir que não tem condição. O Presidente propõe apresentar um protótipo, detalhando seu funcionamento, com agendamento e informatização na reunião do Fórum de Diretores-gerais. O dirigente Leandro relata que o sistema tem que estar muito bem definido, pois a instituição está a beira de um colapso, pois tem-se a impressão que os servidores estão sendo consumidos pelas demandas. O dirigente Edson destaca que o Ifes tem autonomia e soberania, e por isso, responsabilidades com políticas públicas, por isso defende a continuidade do serviço, desde que o sistema online seja implementado imediatamente. O Presidente declara que fará um protótipo que será apresentado ao Fórum de Diretores-gerais. A dirigente Sandra solicita o desligamento do campus Linhares, destacando que o retorno pode ser avaliado quando houver o sistema online. O Presidente informa que em 2021 o Ifes deve estar no Sigaa, destacando que há muita informação a ser parametrizada, envolvendo um processo de capacitação amplo, e que a migração da base de dados deve acontecer nesse semestre. O Presidente abre o **item 8** e a passa a palavra para o dirigente Edson que relata que o assunto já foi discutido no fórum, destacando que foi feita uma atualização de nomenclatura, foi desenvolvido o conceito de não amarrar as datas e horários, enfatizando que a estrutura final mais leve, e foi fruto de uma discussão difícil de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal do Espírito Santo

composição. O dirigente Fábio que a composição foi o ponto mais difícil, destacando que a parte dos coordenadores foi flexibilizada, e explica a composição o quantitativo máximo. O Colégio de Dirigentes se manifesta favorável a proposta solicitando a inserção de parágrafo único no artigo 11 como seguinte teor: Não havendo matérias para ordem do dia, a reunião ficará automaticamente cancelada. O Presidente abre o **item 10** e passa a palavra para o secretário Alessandro que relata que foi solicitado um parecer da procuradoria sobre a resolução 31/2016 que delegou ao Colégio de Dirigentes a aprovação de regimentos internos e regulamentos das unidades organizacionais do Ifes. Explica que a procuradoria, visto a caráter consultivo do Colégio de Dirigentes, opinou pela anulação da Resolução CS nº 31/2016, e reedição da resolução CS 21/2011. O Colégio de Dirigentes manifesta sua ciência e concordância com o parecer da Procuradoria Jurídica. O Presidente abre o **item 12** e informa que o Colégio de Dirigentes não possui Regimento Interno, e por isso tal documento deve ser elaborado para normatizar as atividades deste órgão. Propõe a criação de uma comissão com esta finalidade cujos membros serão indicados pelo Fórum de Diretores-gerais. O Colégio de Dirigentes se manifesta favorável a proposição do Presidente. O dirigente Gibson relata que o campus Guarapari possui uma vaga de professor do campus Barra de São Francisco, e solicita que a vaga continue em Guarapari para minimizar o déficit de professores. O dirigente Alexandre Gadioli concorda e manifesta-se favorável a continuidade da vaga de Barra de São Francisco no campus Guarapari. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declara encerrada a reunião. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.